

VIOLÊNCIA ESCOLAR NO AMAZONAS: COBERTURA TERRITORIAL E LIMITES DA ABORDAGEM INSTITUCIONAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA (2016-2025)

Rony Iglecio Leite de Andrade¹



<http://lattes.cnpq.br/1865098803062581>



<https://orcid.org/0000-0003-4359-4526>

Fábio Alves Gomes²



<http://lattes.cnpq.br/4750985697939221>



<https://orcid.org/0000-0003-4911-1185>

Valter Luciano Gonçalves Villar³



<http://lattes.cnpq.br/2648721039739294>



<https://orcid.org/0000-0002-1206-4584>

Sebastião Rocha de Sousa⁴



<http://lattes.cnpq.br/2319536054035747>



<https://orcid.org/0009-0009-9216-0928>

Resumo

Este artigo analisa a produção acadêmica sobre violência escolar no Amazonas publicada entre 2016 e 2025, com atenção à cobertura territorial e às dimensões violência na escola, à escola e da escola. Realizou-se um estado do conhecimento de caráter bibliográfico-documental, mediante busca estruturada, rastreamento de referências, busca nominal nos 62 municípios e leitura de textos completos. O corpus reuniu 25 publicações; um livro conhecido apenas por metadados foi tratado separadamente como registro contextual. Manaus reuniu 13 trabalhos (52,0%), proporção próxima à participação da capital na população estadual, mas a cobertura municipal permaneceu estreita: dez municípios foram explicitamente focalizados e dois trabalhos mantiveram o município sob anonimato. Pela dimensão predominante, 14 estudos (56,0%) abordaram violência na escola, cinco (20,0%) violência à escola, cinco (20,0%) violência da escola e um (4,0%) analisou resposta institucional

¹ Doutor em Geografia pela Universidade do Minho. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB), Tabatinga, Amazonas, Brasil. E-mail: riandrade@uea.edu.br

² Doutor em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB), Tabatinga, Amazonas, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI/UFAM). E-mail: fbgomes@uea.edu.br

³ Doutor em Literatura e Cultura Brasileira pela Universidade Federal da Paraíba. Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB), Tabatinga, Amazonas, Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). E-mail: valtervillar@uea.edu.br

⁴ Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB), Tabatinga, Amazonas, Brasil. E-mail: srsouza@uea.edu.br

multidimensional. A produção cresceu no fim do período, mas a violência institucional permaneceu minoritária. Um registro indicou a existência de livro sobre bullying em Tabatinga, sem integrar a análise substantiva; não se encontrou base para atribuir causalmente a violência escolar à condição fronteiriça. Conclui-se pela necessidade de pesquisas comparativas, documentação padronizada e análise das práticas institucionais em municípios do interior e de fronteira.

Palavras-chave: violência escolar; Amazonas; território; violência institucional; estado do conhecimento.

Abstract

This article analyzes academic production on school violence in Amazonas published between 2016 and 2025, focusing on territorial coverage and on violence in school, against school, and by school. A bibliographic-documentary state-of-knowledge study was conducted through a structured search, reference tracking, nominal searching across all 62 municipalities, and full-text reading. The analytical corpus comprised 25 publications; a book known only through metadata was treated separately as a contextual record. Manaus accounted for 13 studies (52.0%), a share close to the capital's proportion of the state population, yet municipal coverage remained narrow: ten municipalities were explicitly examined and two studies anonymized the municipality. By predominant dimension, 14 studies (56.0%) addressed violence in school, five (20.0%) violence against school, five (20.0%) violence by school, and one (4.0%) examined a multidimensional institutional response. Output increased late in the period, but institutional violence remained a minority focus. An editorial record indicated a book on bullying in Tabatinga but was not used for substantive analysis; no evidence supported attributing school violence causally to the border condition. Comparative research, standardized records, and analysis of institutional practices in inland and border municipalities are needed.

Keywords: school violence; Amazonas; territory; institutional violence; state of knowledge.

Introdução

A violência escolar constitui um objeto de fronteiras conceituais móveis. Ela pode designar conflitos entre estudantes, agressões contra profissionais, depredação do patrimônio, crimes que atravessam o entorno da escola, discriminações, práticas disciplinares humilhantes e omissões institucionais. Essa amplitude exige precisão: fenômenos distintos podem compartilhar o mesmo rótulo sem compartilhar causas, agentes ou respostas adequadas. Uma leitura centrada apenas em ocorrências visíveis tende a individualizar o problema; uma leitura exclusivamente estrutural corre o risco inverso de apagar situações concretas e mecanismos locais.

No Amazonas, a escala territorial torna essa exigência ainda mais relevante. O estado tem 62 municípios, extensas distâncias fluviais e forte concentração populacional em Manaus. Segundo o Censo Demográfico de 2022, a população estadual era de 3.941.613 habitantes e a de Manaus, 2.063.689, o equivalente a aproximadamente 52,4% do total (IBGE, 2023a; IBGE, 2023b). Por isso, a presença frequente da capital na literatura não pode ser interpretada automaticamente como desproporção demográfica. O problema analítico mais consistente é a cobertura municipal limitada, sobretudo quando se pretende formular afirmações sobre o interior, o Alto Solimões ou a tríplice fronteira.

Um levantamento anterior selecionou 15 publicações sobre violência escolar no Amazonas entre 2012 e 2022 e mostrou a recorrência de estudos em Manaus,

Parintins, Marañ e Tefé (MAUES; SOUSA; SENA, 2025). Esse trabalho foi decisivo para tornar o campo visível, mas não respondeu a três questões que ganharam importância com a produção posterior: que municípios passaram a aparecer; como os estudos distribuem sua atenção entre conflitos interacionais, ataques à instituição e práticas produzidas pela própria escola; e até que ponto a condição fronteira é efetivamente examinada, em vez de pressuposta como causa da violência.

A distinção proposta por Charlot (2002) oferece um operador útil. A violência na escola ocorre no espaço escolar sem resultar necessariamente de suas atividades; a violência à escola dirige-se à instituição, a seus profissionais ou a seus bens; e a violência da escola é produzida por práticas, relações e mecanismos institucionais. As categorias não são mutuamente exclusivas na realidade. Ainda assim, a identificação da dimensão predominante de cada publicação permite observar o que se torna objeto central de conhecimento e o que permanece lateral.

Este artigo pergunta: como a produção acadêmica publicada entre 2016 e 2025 se distribui no território amazonense e em que medida contempla as dimensões da violência na escola, à escola e da escola? O objetivo é analisar a distribuição temporal e territorial das publicações, os sujeitos e manifestações privilegiados e a dimensão conceitual predominante em cada estudo. A contribuição consiste em atualizar e reconstruir o corpus, explicitar seus níveis de evidência e tratar a fronteira como questão a ser demonstrada, não como explicação antecipada.

Violência escolar, instituição e território

A literatura brasileira consolidou a compreensão de que a escola não é simples palco passivo de violências produzidas no exterior. Sposito (2001) mostrou que o campo se formou inicialmente em torno da depredação, da insegurança e das relações entre escola e comunidade, ampliando-se depois para conflitos entre pares e práticas institucionais. Stelko-Pereira e Williams (2010) observam que a diversidade de definições afeta a comparabilidade dos estudos: alguns incluem apenas agressões físicas; outros incorporam violência psicológica, sexual, simbólica, contra o patrimônio e oriunda do entorno.

A tipologia de Charlot (2002) reduz parte dessa indeterminação ao deslocar a pergunta do lugar físico para a relação com a instituição. Uma briga entre estudantes pode ser violência na escola quando o vínculo escolar é contingente; a depredação ou a ameaça ao professor pode configurar violência à escola quando atinge a função e os agentes institucionais; a humilhação, a discriminação, a exclusão, a arbitrariedade disciplinar ou a ausência sistemática de escuta podem constituir violência da escola. O terceiro eixo é particularmente exigente, pois implica investigar relações de poder, regras, práticas pedagógicas e condições de funcionamento, e não apenas contar ocorrências.

As dimensões também se imbricam. Agressões contra professores, por exemplo, podem ser registradas como violência à escola, mas seus sentidos dependem do clima institucional, da organização do trabalho e dos mecanismos de mediação. Estudos amazonenses associaram a vitimização docente a sofrimento psíquico, medo, desgaste e abandono profissional (SOUZA; RIBEIRO, 2022; ANJOS; GOMES; TORRES, 2025). Esses efeitos não autorizam uma explicação única; indicam a necessidade de relacionar sujeitos, eventos e respostas institucionais.

O território, nesse quadro, não é sinônimo de localização. Ele corresponde às relações sociais, políticas e institucionais que produzem condições diferenciadas de

acesso, registro e proteção. Estudos sobre roubos, tráfico e insegurança no entorno das escolas de Manaus mostram como circuitos urbanos afetam o cotidiano escolar (MAGALHÃES; ARAÚJO, 2020; MAGALHÃES, 2023). Em municípios interioranos, distâncias, capacidade administrativa, circulação de profissionais e disponibilidade de serviços podem alterar tanto a experiência quanto a visibilidade documental da violência.

A fronteira internacional demanda cuidado adicional. A presença de mercados ilícitos, mobilidade transfronteiriça ou agentes armados não permite inferir, por si só, que a violência escolar local seja mais intensa ou causada pela fronteira. Para sustentar essa proposição seriam necessários dados comparativos, séries de ocorrências com denominadores, descrição dos mecanismos e controle de explicações alternativas. Sem esses elementos, a fronteira deve ser tratada como contexto e lacuna de pesquisa, evitando a estigmatização de estudantes e comunidades.

Percurso metodológico

O estudo é bibliográfico-documental, descritivo e analítico, aproximando-se de um estado do conhecimento, entendido como mapeamento de um campo delimitado por tema, período e fontes (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Não se trata de revisão sistemática nem de metanálise: o propósito é caracterizar a produção localizada, sem pretender estimar prevalência de violência ou combinar efeitos. A unidade de análise foi a publicação acadêmica, e não cada escola ou ocorrência descrita. Assim, frequências do corpus informam prioridades e lacunas da literatura, não incidência do fenômeno.

A busca, encerrada em 28 de julho de 2026, foi organizada em três etapas. Na primeira, as 15 publicações relacionadas por Maues, Sousa e Sena (2025) funcionaram como conjunto semente: três trabalhos, publicados em 2013 e 2014, foram excluídos pelo recorte temporal, restando 12 itens de 2016 a 2022. Na segunda, realizaram-se busca de atualização para 2023–2025 e busca suplementar para possíveis lacunas de 2016–2022. O Google Acadêmico foi usado como índice de descoberta; o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Repositório Institucional da UFAM, a Biblioteca Digital da UEA, o repositório da UFJF, a SciELO e a SciELO Preprints foram consultados para localizar e recuperar os documentos. Páginas de periódicos, editoras e registros de DOI serviram à confirmação de autoria, ano, tipo documental e versão, e não foram tratadas como bases independentes.

Na busca estadual e temática, três blocos de termos foram usados, com adaptação apenas de sintaxe às interfaces: (1) “violência escolar” OR “violência na escola” OR bullying OR “school violence” OR “violencia escolar”; (2) “violência contra professor” OR “violência contra professores” OR “vitimização docente” OR “teacher victimization”; e (3) “segurança escolar” OR tráfico OR roubo OR conflito, combinados com escola e Amazonas. Na terceira etapa, realizou-se rastreamento municipal nominal complementar de todos os 62 municípios listados pelo IBGE. Para cada município, empregou-se uma consulta ampla com o nome entre aspas, Amazonas, escola, violência e bullying; quando havia homônimos ou resultados ambíguos, acrescentaram-se AM e termos específicos do título ou do tipo documental. O nome municipal só foi atribuído ao estudo quando o texto apresentava resultados próprios

para aquele território; ocorrências em afiliação, referência, notícia ou contextualização foram descartadas.

Foram elegíveis publicações de 2016 a 2025, em português, inglês ou espanhol, com texto integral recuperável, que apresentassem pesquisa empírica ou documental sobre violência relacionada à educação básica no estado brasileiro do Amazonas. Admitiram-se artigos, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, capítulos e preprints, pois o objetivo incidia sobre a circulação do conhecimento, e não apenas sobre artigos indexados. Foram excluídos notícias, textos opinativos, ensaios sem material empírico ou documental, revisões, estudos sobre ensino superior, trabalhos nacionais sem resultados separáveis para o Amazonas, pesquisas centradas em saúde mental, automutilação ou segurança sem análise de violência e estudos referentes a outros estados, países ou à Amazônia apenas como região ou bioma.

Os registros foram confrontados por título, autoria, ano, DOI ou endereço persistente para remoção de duplicatas. A seleção ocorreu em duas passagens — título/resumo ou metadados e, depois, texto integral — e os documentos elegíveis foram organizados em matriz. Das 15 referências do conjunto semente, 12 atenderam ao período; as buscas de atualização e suplementação acrescentaram dez textos integrais únicos. O rastreamento dos 62 municípios acrescentou três publicações: um TCC sobre bullying entre estudantes indígenas em Benjamin Constant, um capítulo comparativo sobre duas escolas de Coari e um TCC documental sobre medidas antibullying em PPPs de duas escolas de Manaus. Assim, o corpus analítico totalizou 25 publicações. A busca encontrou ainda o livro de Bonfim (2021), sobre Tabatinga, mas apenas título, autoria, ano, editora, ISBN e descrição editorial puderam ser verificados. Esse item foi mantido como registro contextual externo ao corpus analítico e não entrou nos percentuais nem na codificação por dimensão.

A extração registrou ano, autoria, tipo documental, território, objeto, participantes ou fonte de dados, manifestações investigadas e dimensão predominante. Uma planilha de auditoria registra os 62 municípios, a consulta aplicada, os candidatos examinados e a decisão de elegibilidade. A classificação foi feita pelo objeto central e pelas evidências efetivamente analisadas, não pela simples menção das categorias. Quando duas ou mais dimensões tinham peso equivalente, adotou-se “resposta institucional multidimensional”. Os percentuais foram calculados sobre 25 publicações e arredondados a uma casa decimal. Versões relacionadas foram mantidas apenas quando constituíam produtos acadêmicos com escopo ou material analítico distinto; o artigo de Magalhães e Araújo (2020) e a dissertação de Magalhães (2023) foram assinalados como produção correlata, sem serem somados como estimativas independentes de prevalência. Dois capítulos de Lima (2022) foram tratados como uma família de publicação: manteve-se a versão comparativa mais abrangente, com duas escolas e dados de 2020, e excluiu-se dos cálculos a versão parcial, restrita a uma escola e derivada do mesmo núcleo de pesquisa.

Não se realizou avaliação formal de risco de viés, porque o objetivo era mapear a produção, e não sintetizar efeitos. Para reduzir a equivalência indevida entre fontes, cada item foi identificado por tipo e condição editorial. Como teste de sensibilidade, retiraram-se um preprint e um artigo de circulação editorial; no subconjunto de 23 itens, Manaus permaneceu responsável por mais da metade da produção e a violência da escola continuou minoritária. O teste examina a estabilidade do padrão agregado, mas não substitui apreciação crítica individual de amostragem, instrumentos, análise e ética.

VIOÊNCIA ESCOLAR NO AMAZONAS: COBERTURA TERRITORIAL E LIMITES DA ABORDAGEM INSTITUCIONAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA (2016-2025)

Quadro 1 – Corpus de publicações sobre violência escolar no Amazonas (2016–2025)

Ano e autoria	Território	Tipo e foco principal	Dimensão predominante
2016 — Fernando	Manaus	Artigo; bullying entre estudantes nas aulas de Educação Física.	Na escola
2016 — Paiva; Silva	Manaus	Artigo; gestão militar e violência contra o professor.	À escola
2016 — Santos	Manaus	Dissertação; intervenção em escola da Coordenadoria Distrital 7.	Na escola
2017 — Guedes	Município anonimizado/RMM	Dissertação; gestão de conflitos, registros, clima e mediação.	Da escola
2018 — Marinho	Parintins	TCC; estudo de caso sobre violência e aprendizagem.	Na escola
2019 — Silva; Vasconcelos; Justi	Parintins	Artigo; violência física/simbólica, bullying e aprendizagem.	Na escola
2020 — Bruno	Tefé	TCC; violência e processo de ensino-aprendizagem.	Na escola
2020 — Magalhães; Araújo	Manaus	Artigo; roubos contra escolas estaduais (2016–2018).	À escola
2021 — Gomes	Manaus	Artigo; vivências de uma escola periférica e seu entorno.	Na escola
2022 — Carvalho	Manaus	Capítulo; causas, consequências e soluções em escola pública.	Na escola
2022 — Lima	Coari	Capítulo; comparação de bullying e violências em duas escolas estaduais.	Na escola
2022 — Martins	Benjamin Constant	TCC; bullying e discriminação contra estudantes indígenas.	Na escola
2022 — Silva; Pessoa	Maraã	Capítulo; formas, causas e consequências em escola estadual.	Na escola
2022 — Souza; Ribeiro	Manaus	Artigo; impactos físicos e mentais em 58 professores.	À escola
2023 — Magalhães	Manaus	Dissertação; tráfico no entorno, medo e trabalho escolar.	Na escola
2024 — Andrade	Manaus	TCC; autoetnografia de percepções, vivências e práticas escolares.	Da escola
2024 — Castro	Manaus	TCC documental; medidas antibullying nos PPPs de duas escolas.	Da escola
2024 — Oliveira et al.	Barreirinha, Nhamundá e Boa Vista do Ramos	Preprint; análise documental de planos municipais de educação.	Da escola
2024 — Barbosa; Silva; Lima	Manacapuru	Artigo de circulação editorial; violência contra sete docentes.	À escola
2025 — Silva et al.	Manaus/Amazônia Ocidental	Artigo; entrevistas, políticas, preconceito e militarização.	Da escola
2025 — Tavares et al.	Parintins	Artigo; violência entre jovens e resiliência.	Na escola
2025 — Tokuta et al.	Município interiorano anonimizado	Artigo documental; registros de seis escolas (2019–2024).	Na escola
2025 — Anjos; Gomes; Torres	Abrangência estadual	Artigo; 25 professores e grupo focal sobre vitimização docente.	À escola
2025 — Nascimento; Silva	Manaus	Artigo; prevenção da criminalidade na Escola Olga Falcone.	Na escola

Ano e autoria	Território	Tipo e foco principal	Dimensão predominante
2025 — Memória; Gama	Manaus	Artigo documental; relatórios do PESAC (2023–2024).	Multidimensional

Fonte: elaboração própria. RMM = Região Metropolitana de Manaus; TCC = trabalho de conclusão de curso; PESAC = Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão.

Resultados e discussão

Perfil temporal e documental

O corpus analítico reuniu 25 publicações. A distribuição anual foi: três em 2016; uma em 2017; uma em 2018; uma em 2019; duas em 2020; uma em 2021; cinco em 2022; uma em 2023; quatro em 2024; e seis em 2025. O último biênio concentrou dez itens (40,0%), sugerindo expansão recente do interesse acadêmico. Essa leitura deve ser moderada: 2025 também é o ano em que se publicou a revisão de Maues, Sousa e Sena, que facilitou o rastreamento retrospectivo, e alguns periódicos adotam fluxo contínuo ou publicação rápida.

Quanto ao tipo, foram identificados 13 artigos, três dissertações, cinco trabalhos de conclusão de curso, três capítulos e um preprint. Entre os artigos, um foi identificado como texto de circulação editorial com DOI depositado em repositório. A heterogeneidade é um dado do campo. Ela amplia o acesso a experiências locais que raramente alcançam periódicos, mas também limita a comparabilidade metodológica e exige transparência sobre avaliação por pares, acesso ao texto e detalhamento dos procedimentos.

A reconstrução também corrige a transposição indevida do número 15 para o período 2016–2025. O levantamento de Maues, Sousa e Sena (2025) cobriu 2012–2022 e listou 15 publicações; apenas 12 pertencem ao intervalo iniciado em 2016. A atualização e o rastreamento municipal não poderiam conservar o total original, pois acrescentaram publicações de 2022 a 2025, ao mesmo tempo que excluíram os trabalhos de 2013 e 2014. O livro de Bonfim (2021), localizado apenas por metadados, foi contabilizado à parte. O número final é resultado dos critérios e da busca, não uma meta previamente fixada.

A variedade metodológica impede somar ocorrências ou comparar frequências de agressão. Há estudos de caso com uma escola, pesquisas com docentes, autoetnografia, análise de livros de ocorrência, planos municipais, relatórios policiais e registros territoriais. Cada fonte torna visível uma dimensão e silencia outras. Livros de ocorrência dependem da cultura de registro; entrevistas recuperam significados, mas não estimam prevalência; relatórios de programa medem atividade institucional, não necessariamente efetividade.

Cobertura territorial: centralidade populacional e baixa diversidade municipal

Manaus foi o foco exclusivo ou a parcela amazonense de 13 publicações (52,0%). O valor é próximo à participação da capital na população estadual em 2022 (52,4%). Portanto, a diferença de 0,4 ponto percentual não sustenta, por si, a tese de que Manaus esteja sobre-representada quando o denominador é a população. Sustentam, contudo, uma concentração em termos de cobertura: metade da produção

está em um único município, e a literatura não acompanha a diversidade territorial dos outros 61.

Dez municípios foram nomeados como loci do corpus analítico: Manaus, Parintins, Tefé, Marã, Manacapuru, Barreirinha, Nhamundá, Boa Vista do Ramos, Benjamin Constant e Coari. Dois trabalhos mantiveram o município interiorano sob anonimato, e um teve abrangência estadual sem distribuição municipal detalhada. Mesmo contando os municípios anonimizados como territórios adicionais, o conjunto localizado alcança uma parcela pequena dos 62 municípios. Esse resultado descreve a cobertura do corpus e não comprova inexistência absoluta de estudos nos demais municípios: o rastreamento nominal reduziu a assimetria da estratégia anterior, mas a indexação desigual de repositórios e a natureza dinâmica dos índices de descoberta ainda impedem tratar o resultado como censo bibliográfico perfeito.

Parintins apareceu em três estudos, enquanto Tefé, Marã e Manacapuru tiveram um estudo cada; Benjamin Constant e Coari passaram a ter um registro analítico cada. Barreirinha, Nhamundá e Boa Vista do Ramos foram analisados conjuntamente por meio de seus Planos Municipais de Educação (OLIVEIRA; OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2024). Essa distribuição mostra que “interior” não constitui unidade empírica homogênea. Cidades do Baixo Amazonas, Médio Solimões, Alto Solimões e Região Metropolitana apresentam arranjos institucionais, trajetórias urbanas e conexões regionais distintas.

Tabatinga exige uma correção específica. Metadados verificáveis indicam que a obra de Bonfim (2021) trata das manifestações e do enfrentamento do bullying em escolas estaduais do município. Sem acesso ao texto integral, porém, não foi possível confirmar método, material empírico, resultados ou enquadramento na tipologia; por isso, o livro não integrou o corpus analítico. O dado cientificamente defensável é a existência do registro editorial, não um diagnóstico da rede nem uma demonstração de ausência de outras pesquisas locais.

A condição fronteira aparece, desse modo, mais como lacuna do que como resultado. Nenhum trabalho incluído compara sistematicamente escolas de fronteira e não fronteira, estima exposição a mercados ilícitos ou demonstra mecanismos pelos quais a circulação transnacional produziria tipos específicos de violência escolar. Atribuições causais sobre tráfico, facções ou fronteira devem permanecer como hipóteses a investigar. Associar automaticamente a escola fronteira ao crime pode reforçar estigmas e desviar a atenção das condições de gestão, acolhimento, trabalho docente e proteção social.

Tabela 1 – Distribuição das publicações segundo a dimensão predominante

Dimensão	n	%
Violência na escola	14	56,0
Violência à escola	5	20,0
Violência da escola	5	20,0
Resposta institucional multidimensional	1	4,0
Total	25	100,0

Fonte: elaboração própria. Percentuais arredondados; a soma pode diferir de 100% por arredondamento.

Dimensões privilegiadas e sujeitos tornados visíveis

A violência na escola foi a dimensão predominante em 14 publicações (56,0%). Nesse grupo se concentram bullying, agressões físicas e psicológicas entre estudantes, conflitos, efeitos sobre a aprendizagem e a entrada de dinâmicas do entorno no cotidiano escolar. Fernando (2016), Marinho (2018), Silva, Vasconcelos e Justi (2019), Bruno (2020), Gomes (2021), Carvalho (2022), Lima (2022), Martins (2022), Silva e Pessoa (2022), Tavares et al. (2025) e Tokuta et al. (2025) ilustram a centralidade de estudantes e relações interpessoais.

Essa predominância não significa que os estudos neguem fatores sociais ou institucionais. Muitos relacionam conflitos a desigualdade, precariedade, entorno, mediação e condições de aprendizagem. A classificação registra o objeto analítico central: a ocorrência, seus participantes e seus efeitos. A recorrência do bullying é parcialmente explicada por sua visibilidade conceitual e por instrumentos de pesquisa mais estabelecidos, mas o uso indiscriminado do termo pode ocultar agressões pontuais, discriminação ou violência institucional que não atendem aos critérios de repetição e assimetria de poder.

Cinco estudos (20,0%) foram classificados como violência à escola. Paiva e Silva (2016), Souza e Ribeiro (2022), Barbosa, Silva e Lima (2024) e Anjos, Gomes e Torres (2025) têm como eixo agressões, ameaças ou danos dirigidos a professores e suas repercussões. Magalhães e Araújo (2020) examinam roubos contra escolas estaduais. O conjunto desloca a vítima típica da produção: professores e patrimônio entram no centro, revelando medo, adoecimento, desgaste profissional e interrupções da atividade escolar.

Cinco trabalhos (20,0%) priorizaram violência da escola. Guedes (2017) analisa gestão de conflitos, insuficiência de registros e mediação; Andrade (2024) mobiliza a autoetnografia para discutir percepções e vivências; Oliveira, Oliveira e Cavalcanti (2024) mostram tratamento superficial e fragmentado da violência em planos municipais; Castro (2024) examina medidas antibullying nos PPPs de duas escolas de Manaus; Silva et al. (2025) discutem preconceito, ausência de políticas contínuas e militarização na Amazônia Ocidental. O eixo institucional, portanto, não é inexistente, mas é tardio, minoritário e metodologicamente disperso.

Memória e Gama (2025) foram classificados como resposta institucional multidimensional. A análise dos relatórios do PESAC descreve ações preventivas e territorialização do programa, mas reconhece a ausência de modelo sistemático de avaliação de efetividade. Esse achado é decisivo: contagens de visitas, palestras ou treinamentos medem produção administrativa, não demonstram redução de violência. Avaliar políticas requer indicadores de resultado, comparação temporal, denominadores e atenção a efeitos não desejados.

O padrão geral sugere assimetria na produção de visibilidade. Estudantes aparecem frequentemente como autores ou vítimas de conflitos; professores ganham espaço quando a agressão e o sofrimento profissional são o tema; gestores, normas, registros e práticas pedagógicas aparecem com menor regularidade como produtores de relações violentas. Famílias, trabalhadores não docentes, estudantes indígenas, comunidades ribeirinhas e pessoas com deficiência raramente constituem o foco central identificado.

Essa assimetria tem consequências para a política pública. Se a evidência disponível privilegia eventos interpessoais, respostas de vigilância, disciplina ou responsabilização individual tornam-se mais plausíveis do que intervenções sobre

clima escolar, participação, formação, rotinas de acolhimento e condições de trabalho. A literatura recente sobre militarização adverte que segurança e educação não devem ser confundidas com mera ampliação do controle (SILVA et al., 2025). O corpus, contudo, não permite concluir pela eficácia ou ineficácia geral de escolas cívico-militares no Amazonas.

O que as fontes permitem concluir sobre prevenção e políticas

A leitura transversal do corpus evidencia que a forma de documentação condiciona o diagnóstico. Tokuta et al. (2025) examinaram livros de ocorrência de seis escolas e encontraram registros de violência física e psicológica. Esses documentos são valiosos para reconstruir eventos e respostas, mas não equivalem à totalidade do vivido. O registro depende de que alguém reconheça a situação, procure a instituição, encontre um canal de notificação e confie que a comunicação produzirá resposta. Mudanças de gestão ou de protocolo podem elevar a contagem mesmo quando a incidência permanece estável.

A ausência de registro tampouco demonstra ausência de violência. Formas sexual, racial, LGBTfóbica, capacitista e institucional podem ser subnotificadas por vergonha, medo de retaliação, naturalização ou inexistência de categorias adequadas. Por outro lado, categorias excessivamente amplas podem reunir agressão, indisciplina, incivilidade e descumprimento de regras, inflando um indicador sem esclarecer gravidade. Um sistema estadual comparável precisaria de definições operacionais, campos mínimos, treinamento, proteção de dados e auditoria de qualidade.

As pesquisas com professores tornam visível o impacto ocupacional. Souza e Ribeiro (2022) trabalharam com 58 docentes de uma escola de Manaus; Barbosa, Silva e Lima (2024) examinaram experiências em Manacapuru; Anjos, Gomes e Torres (2025) reuniram questionário com 25 profissionais e grupo focal com seis participantes. Embora os desenhos e escalas não permitam combinar prevalências, os trabalhos convergem ao mostrar que medo, agressões e sofrimento mental não são efeitos laterais. A prevenção deve incluir cuidado, canais de apoio, condições de trabalho e mediação, além de proteção física.

Planos e relatórios administrativos respondem a perguntas diferentes. A análise dos Planos Municipais de Educação de Barreirinha, Nhamundá e Boa Vista do Ramos identificou tratamento fragmentado da violência escolar (OLIVEIRA; OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2024). Já os relatórios do PESAC registram visitas, palestras e treinamentos (MEMÓRIA; GAMA, 2025). O primeiro conjunto informa como o problema entra no planejamento; o segundo, quais ações foram executadas. Nenhum deles, isoladamente, demonstra mudança na frequência, gravidade ou distribuição das violências.

A avaliação de política pública exige ligar insumos, atividades, produtos e resultados. Recursos, equipes e protocolos são insumos; visitas e formações são atividades; pessoas alcançadas e planos produzidos são produtos; redução de vitimização, aumento de confiança, melhoria do clima e diminuição de desigualdades são resultados. A confusão entre esses níveis favorece conclusões prematuras. Um programa pode executar muitas ações sem alcançar quem mais precisa; também pode melhorar a confiança e, inicialmente, aumentar notificações.

A literatura sobre gestão militar requer a mesma cautela. Paiva e Silva (2016) analisaram um colégio militar e buscaram compreender contribuições da gestão para

a redução da violência contra docentes. Silva et al. (2025), em contraste, discutiram a expansão da militarização como resposta estatal predominante na Amazônia Ocidental. Esses trabalhos formulam problemas relevantes, mas o corpus não contém desenho comparativo capaz de estimar efeito causal do modelo. Diferenças entre escolas podem resultar de seleção de estudantes, localização, recursos, composição das equipes, regras de ingresso ou cultura de registro.

Para pesquisas futuras, uma avaliação defensável combinaria dados administrativos e qualitativos. Séries temporais deveriam informar matrícula, número de escolas e mudanças de protocolo; comparações precisariam explicitar critérios de seleção; entrevistas e grupos de discussão ajudariam a interpretar confiança, silêncio e efeitos não previstos. Em territórios indígenas, ribeirinhos e fronteiriços, os instrumentos ainda necessitam de construção participativa, tradução cultural e governança que impeça o uso estigmatizante dos resultados.

Quadro 2 – Alcance inferencial das principais fontes identificadas

Fonte	Contribuição principal	Limite decisivo
Livros de ocorrência	Reconstroem eventos formalizados, tipos registrados e respostas.	Dependem de definição, procura do canal e cultura institucional de registro.
Entrevistas e grupos focais	Acessam sentidos, impactos, silêncios e experiências dos sujeitos.	Não estimam prevalência sem desenho amostral apropriado; sofrem seleção e memória.
Planos, normas e regimentos	Mostram prioridade política, conceitos, responsabilidades e desenho de ação.	A previsão documental não demonstra implementação nem resultado.
Relatórios de programas	Documentam cobertura, atividades, recursos e produtos administrativos.	Produtividade não equivale a efetividade; faltam contrafactual e indicadores de resultado.
Estudos de caso	Produzem compreensão contextual e identificam mecanismos locais.	Generalização exige comparação teórica e descrição rigorosa do contexto.

Fonte: elaboração própria com base no corpus.

Limites da evidência e agenda de pesquisa

O primeiro limite é de completude. Repositórios e literatura cinzenta apresentam indexação irregular, e algumas publicações locais podem não ser recuperadas pelas expressões empregadas. Embora o rastreamento tenha percorrido nominalmente os 62 municípios, as interfaces consultadas não oferecem indexação, ordenação ou exportação homogênea de todos os resultados. O número 25 deve ser lido como corpus localizado segundo o percurso descrito, não como inventário exaustivo nem como produto de revisão sistemática. A data de encerramento também importa: itens de 2025 podem ter sido indexados tardiamente.

O segundo limite é a heterogeneidade da base. A inclusão de TCC, preprint e capítulo é adequada ao estado do conhecimento, pois documenta circulação de saberes, mas não implica equivalência de robustez. O acesso apenas editorial à obra de Bonfim (2021) impediu sua inclusão no corpus analítico. A análise de sensibilidade mostrou estabilidade do padrão agregado, mas não substituiu avaliação crítica individual de amostragem, instrumentos e ética.

O terceiro limite é interpretativo. As categorias de Charlot foram aplicadas a objetos que frequentemente atravessam mais de uma dimensão. Atribuir uma dimensão predominante é um procedimento analítico, não uma essência do estudo. A apresentação da matriz permite que outros pesquisadores revisem as decisões, adotem codificação não exclusiva ou aprofundem a análise com dupla codificação independente.

A agenda que emerge possui quatro prioridades. Primeiro, estudos comparativos entre municípios, com descrição de rede, matrícula e contexto, evitando opor genericamente capital e interior. Segundo, protocolos padronizados de registro que distingam conflito, incivilidade, bullying, violência física, sexual, discriminatória, contra profissionais e patrimônio, preservando direitos e confidencialidade. Terceiro, pesquisas sobre violência da escola, incluindo disciplina, racismo, gênero, inclusão, participação e condições de trabalho. Quarto, avaliações de políticas com indicadores de processo, resultado e equidade.

Para o Alto Solimões e Tabatinga, o desenho mais promissor não parte da suposição de que a fronteira produz violência. Ele compara escolas ou períodos, reconstrói mecanismos e inclui a voz de estudantes, profissionais, famílias e povos indígenas com procedimentos éticos explícitos. Sem dados primários autorizados, a contribuição imediata possível é bibliográfico-documental: mapear políticas, regimentos, planos, protocolos e estatísticas públicas com rastreabilidade.

Considerações finais

A reconstrução do estado do conhecimento reuniu 25 publicações com texto integral sobre violência escolar no Amazonas entre 2016 e 2025 e um registro contextual conhecido apenas por metadados. O campo cresceu no fim do período e diversificou seus objetos, mas permaneceu territorialmente estreito. Manaus respondeu por 52,0% do corpus, proporção compatível com sua centralidade populacional; a lacuna decisiva foi a baixa cobertura municipal, não uma sobre-representação demográfica demonstrada.

A violência na escola predominou em 56,0% das publicações, seguida da violência à escola (20,0%), da violência da escola (20,0%) e de uma análise multidimensional de resposta institucional (4,0%). A violência institucional não é invisível, mas permanece minoritária e recente. Esse resultado recomenda substituir diagnósticos absolutos por uma formulação mais precisa: práticas, normas e omissões escolares recebem menos atenção sistemática do que conflitos e agressões observáveis.

Um registro editorial indica a existência de obra sobre bullying em Tabatinga, o que impede afirmar ausência completa de literatura; sem o texto integral, porém, não foi possível incorporá-la à análise. Esse registro isolado não sustenta generalizações sobre a rede local nem relações causais entre fronteira e violência. O uso rigoroso do corpus transforma a fronteira em pergunta de pesquisa: quais mecanismos, instituições e trajetórias diferenciam, ou não, as experiências escolares em municípios fronteiriços?

Por fim, o mapeamento não mede a incidência real da violência. Ele mostra como a academia a torna conhecível. Ampliar esse conhecimento exige registros confiáveis, comparação territorial e atenção às violências produzidas ou reproduzidas pela instituição. Uma agenda assim pode apoiar políticas de prevenção sem reduzir a escola à segurança pública e sem estigmatizar territórios amazônicos.

Referências

- ANDRADE, Geovanna Alves. *Violências nas escolas: percepções e vivências por meio de uma investigação autoetnográfica*. 2024. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/8027/4/TCC_GeovannaAndrade. Acesso em: 13 jul. 2026.
- ANJOS, Fabrício Silva dos; GOMES, Fábio Alves; TORRES, Marck de Souza. Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores(as) em ambiente escolar. *Revista Cocar*, [S. l.], v. 23, n. 41, p. 1–20, 2025. DOI: 10.31792/rc.v23i41.9885. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9885>. Acesso em: 27 abr. 2026.
- BARBOSA, Mônica Regina da Silva; SILVA, José Amauri Siqueira da; LIMA, Suzana Gusmão. Análise multifacetada da violência contra docentes na rede estadual de ensino em Manacapuru-AM: causas, impactos e estratégias de prevenção. *Revista FT*, v. 28, ed. 133, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10963267. Disponível em: <https://revistaft.com.br/analise-multifacetada-da-violencia-contra-docentes-na-rede-estadual-de-ensino-em-manacapuru-am-causas-impactos-e-estrategias-de-prevencao/>. Acesso em: 17 jun. 2026.
- BONFIM, Millena. *Bullying escolar: suas manifestações e enfrentamentos nas escolas estaduais de Tabatinga-AM*. São Paulo: Dialética, 2021. 124 p. ISBN 978-65-252-1296-8.
- BRUNO, Poliana de Almeida. *Violência: fator negativo que interfere no ensino-aprendizagem no 8º ano em uma Escola Estadual de Tefé-AM*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.
- CARVALHO, Roberlane Melo. Violência escolar: causas, consequências e possíveis soluções. In: CABRAL, Alderlan Souza (org.). *Educação: um universo de possibilidades e realizações*. v. 3. Ponta Grossa: Aya, 2022.
- CASTRO, Alynne Cardoso de. *Bullying nas escolas: análise das medidas existentes no PPP de duas escolas públicas de Manaus*. 2024. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/8586/5/TCC_AlynneCastro.pdf. Acesso em: 28 mai. 2026.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432–443, 2002.
- FERNANDO, Adelson da Costa. Violência e espaço escolar: um estudo acerca das manifestações de bullying na cidade de Manaus. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 37–46, 2016. DOI: <http://doi.org/10.18224/frag.v26i1.4673>.
- GOMES, Robeilton de Souza. Vivências e violências cotidianas em uma escola periférica de Manaus: relato perspectivo de um professor. *Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM*, Manaus, v. 5, n. 1, p. 410–432, 2021.

GUEDES, Frank do Carmo. *Gestão do conflito e clima escolar: um estudo de caso em uma escola estadual do Amazonas*. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2025/02/Frank-Guedes.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Amazonas: panorama*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 04 abr. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Manaus: panorama*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em: 04 abr. 2026.

LIMA, Maria Erivânia Oliveira. Diferenças dos fatores socioculturais, econômicos e familiares que contribuem para a violência escolar junto aos alunos do ensino médio das Escolas Estaduais Ceti Professor Manuel Vicente Ferreira Lima e João Vieira. In: PESSOA, Jacimara Oliveira da Silva (org.). *Educação e o ensino contemporâneo: práticas, discussões e relatos de experiências* 3. Ponta Grossa: Aya, 2022. p. 149–164. DOI: <http://doi.org/10.47573/aya.5379.2.79.12>.

MAGALHÃES, Ronaldo de Souza. *Escolas sitiadas: os impactos do tráfico de drogas nas escolas públicas de Manaus*. 2023. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9672>. Acesso em: 02 mai. 2026.

MAGALHÃES, Ronaldo Souza; ARAÚJO, Nelcione José de Souza. Cidade sitiada: medo, violência e insegurança. *Contexto Geográfico*, Maceió, v. 5, n. 10, p. 38–55, 2020.

MARINHO, Dorivan Castro. *Violência escolar: um estudo de caso em uma Escola Municipal de Parintins*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.

MARTINS, Fabrícia Marinho. *O bullying com alunos indígenas dos anos iniciais: um estudo numa escola pública da área urbana do município de Benjamin Constant-AM*. 2022. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2022. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6613/4/TCC_Fabr%C3%ADciaMartins.pdf. Acesso em: 18 jun. 2026.

MAUES, Lindaura Maués do Nascimento; SOUSA, Yna Honda de; SENA, Daniel Richardson de Carvalho. Violência escolar: um panorama dos estudos sobre a temática no estado do Amazonas (2012–2022). *Revista Nova Paideia*, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 18–29, 2025. DOI: <http://doi.org/10.36732/riep.v7i1.374>.

MEMÓRIA, Giêr Monteiro; GAMA, Arnaldo Costa. Polícia comunitária nas escolas: uma análise do Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão na cidade de Manaus. *Interference: A Journal of Audio Culture*, v. 11, n. 2, p. 8701–8723, 2025. DOI: <http://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p8701-8723>.

NASCIMENTO, Hudson Silva; SILVA, José Amauri Siqueira da. A eficácia das políticas públicas de prevenção à criminalidade no ambiente escolar: um estudo de caso em Manaus, Amazonas. *Revista DELOS*, [S. l.], v. 18, 2025. Disponível em:

<https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/5946>. Acesso em: 27 jul. 2026.

OLIVEIRA, Pedro Trindade Valente de; OLIVEIRA, Márcio de; CAVALCANTI, Francisca Maria Coelho. Análise dos Planos Municipais de Educação no Médio Rio Amazonas: dialogando sobre violência escolar. *SciELO Preprints*, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.9647. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9647>. Acesso em: 27 jun. 2026.

PAIVA, Herbert Serrano; SILVA, Sandro Barbosa da. Violência e escola: o caso do 3º Colégio Militar “Professor Waldocke de Lira” de Manaus, sob gestão da Polícia Militar do Amazonas. *Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública*, Manaus, v. 16, n. 1, p. 254–282, 2016.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37–50, set./dez. 2006.

SANTOS, Ivan Sales dos. *Um estudo de caso sobre a violência escolar em uma escola da Coordenadoria Distrital de Educação* 7. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SILVA, Ádria Carneiro da; VASCONCELOS, Corina Fátima Costa; JUSTI, Jadson. Violência escolar e o processo ensino-aprendizagem de estudantes. *Revista Atlante*, [S. l.], p. 1–19, 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/12/violencia-escolar.html>. Acesso em: 27 jun. 2026.

SILVA, Iolete Ribeiro da et al. Violência, escola e sociedade: percepções, retrocessos e perspectivas na Amazônia Ocidental. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 30, e14214, 2025. DOI: <http://doi.org/10.24220/2318-0870v30a2025e14214>.

SILVA, José Domingos Correa da; PESSOA, Jacimara Oliveira da Silva. Violência na Escola Estadual Benta Solar no 1º ano do ensino médio, turno matutino, 2019/2020, município de Maraã-AM-Brasil. In: PESSOA, Jacimara Oliveira da Silva (org.). *Educação e o ensino contemporâneo: práticas, discussões e relatos de experiências*. v. 6. Ponta Grossa: Aya, 2022.

SOUZA, Everdan da Silva; RIBEIRO, Franciele dos Santos. Violência na escola pública de Manaus/AM: impactos na saúde física e mental dos professores. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 9, e14911931725, 2022. DOI: <http://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31725>.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87–103, 2001.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 45–55, 2010.

TAVARES, Agne da Silva et al. Youth violence in schools: impacts and its relationship to resilience. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 14, n. 6, e4814649004, 2025. DOI: <http://doi.org/10.33448/rsd-v14i6.49004>.

TOKUTA, Mayumi Choji et al. Caracterização de violência entre estudantes do ensino médio de um município do interior do Amazonas entre 2019 e 2024. *Interference: A Journal of Audio Culture*, v. 11, n. 2, p. 4982–5003, 2025. DOI: <http://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p4982-5003>.

Recebido em: 11/08/2026

Aprovado em: 31/08/2026

Publicado em: 01/09/2026